

# ACENOS HISTÓRICOS DO REGIONAL SUL IV DA CNBB

Pe. Elias Della Giustina  
*Secretário do Regional Sul IV*

## Introdução

A criação dos Regionais ou a subdivisão da CNBB em Regiões foi a inovação mais importante acontecida nos dez primeiros anos de sua história. No seu 1º estatuto de 1952, a CNBB não usava o termo Regional mas sim reforçava a Província eclesialística.

O ano de 1962 é um ano histórico para a Igreja no Brasil, porque surge o Plano de Emergência e o início de modificações do estatuto da CNBB. Surgem aí os chamados Regionais da CNBB, "incumbidos de dar à CNBB o enraizamento de que necessita". Eles foram pensados não como estrutura jurídica, mas pastoral.

É o próprio secretário-geral, D. Helder Câmara, que declara: "No 10º aniversário de sua instituição, a CNBB recebeu da Providência a melhor das recompensas: o Plano de Emergência e a criação dos Secretariados Regionais da CNBB".

As grandes regiões pastorais do Brasil deram-se os nomes de Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro. Os Estados de uma destas regiões formam um regional podendo haver subdivisão, conforme a necessidade e aprovação da Assembléia Geral. Para o Sul do Brasil foram desmembrados 3 Regionais: Sul 1 que correspondia ao Estado de São Paulo, Sul 2 que correspondia ao Estado do Paraná e Sul 3 que correspondia aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

## SC pede um novo Regional

Desde o seu início Santa Catarina integrava o Regional Sul 3 que tinha sede em Porto Alegre. Em 1969 iniciaram-se as primeiras tratativas para desmembramento e criação de um Regional novo para o Estado de Santa Catarina.

No mês de julho de 1969 os bispos catarinenses escreviam ao Cardeal D. Agnelo Rossi, Presidente da Comissão Central da CNBB, por ocasião da X ASSEMBLÉIA GERAL DA CNBB, pedindo o desmembramento. Alegavam que "tendo perante os olhos conveniências pastorais e fatores sócio-geográficos", sentiam a necessidade de constituírem um novo Regional.

---

*Santa Catarina integrava o Regional Sul 3 que tinha sede em Porto Alegre.*

---

Animava-os "a vontade de desenvolver uma pastoral adaptada às circunstâncias específicas do Estado de Santa Catarina, capaz de contribuir positivamente para a integração na pastoral de conjunto de nossas respectivas Dioceses".

O pedido dos bispos catarinenses não entrou na agenda da Assembléia Geral devido ao acúmulo de assuntos. A Assembléia remeteu o assunto à Comissão Central, que se reuniria no Rio de Janeiro em setembro de 1969.

No dia 28 de setembro de 1969 o então Secretário-Geral, D. Aloisio Lorscheider, comunicava aos bispos catarinenses a aprovação do seu pedido pela Comissão Central. Lembrou, outrossim, que, segundo os estatutos, o novo Regional devia ser referendado na 11ª Assembléia-Geral a se realizar em 1970. Sugeriu que o novo Regional passasse a ser chamado Regional Sul IV.

## A instalação

Eufóricos com a comunicação e a boa notícia, os bispos de SC iniciaram imediatamente os preparativos para a instalação do novo Regional.

A instalação ocorreu no dia 02/01/1970, na sede do Secretariado Arquidiocesano de Pastoral em Florianópolis. A sessão solene foi presidida pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, ilustre catarinense. Estiveram presentes todos os bispos catarinenses, e um bom número de padres, religiosos e leigos, além dos subsecretários do Sul 3 e do Leste 1.

Terminada a instalação procedeu-se à eleição do primeiro Presidente, para um período de 4 anos, conforme o estatuto. A escolha recaiu sobre o Arcebispo Metropolitano, D. Afonso Nihues.

Pe. Osmar Mueller foi escolhido pelos Bispos para subsecretário e para pôr em funcionamento o novo Regional.

A Arquidiocese colocou à disposição do Regional Sul IV uma casa com vários cômodos, recém-comprada, na Praça Getúlio Vargas. Ali foi instalado o Regional, onde funcionou por 10 anos. Em 1980 o Regional transferiu sua sede para a Rua Des. Arno Hoeschel, n.º 76, um prédio de 3 andares, de propriedade da Fundação D. Jaime de Barros Câmara, onde funciona até hoje.

Na sede do Regional passavam a funcionar também a CRB, a AEC e o CIER.

---

*Multiplicaram-se no Estado os treinamentos e cursos.*

---

## Os primeiros passos

A primeira atividade do recém-instalado Regional foi um "Treinamento em Criatividade Comunitária", ministrado por Waldemar de Gregory. A partir desse curso, o Regional assumia a metodologia proposta na sua organização pastoral. Multiplicaram-se no Estado os treinamentos e cursos nas suas diversas etapas e níveis. Dioceses, congregações, seminários, escolas foram treinadas em Criatividade Comunitária. Foi um período de grande impulso para a pastoral de conjunto.

Uma das características dos primeiros anos do Regional foi o "feedback" nas Dioceses. Tratava-se das visitas do Subsecretário às Dioceses para avaliação e planejamento.

Pe. Osmar era acompanhado de Ir. Célia Cadornim, secretária incansável nos anos iniciais do Regional.

A 1ª Assembléia Geral, realizada em abril de 1970, definiu a missão do Regional Sul IV e diretrizes comuns. Definiu-se que o Secretariado Regional de Pastoral devia coordenar, assessorar, intercomunicar, planejar e ajudar as Dioceses a refletir. Para isso não devia formar uma grande estrutura e nem ter muita gente para trabalhar.

Os assuntos das primeiras assembléias foram: CEBs, Pastoral da Juventude, MCS e Liturgia.

### Os Planos de Pastoral

Em 1972 fez-se um completo e extenso levantamento da realidade catarinense em seus 14 sistemas, segundo a Criatividade Comunitária. A partir daí, a 4ª Assembléia definiu linhas e diretrizes para a pastoral de conjunto do Regional, elaborando o Plano de Pastoral de Conjunto. Pretendia-se criar condições para a formação de igrejas vivas e promover lideranças. Grande marca deste período foram os cursos de renovação teológica e litúrgica para os presbíteros, em todas as Dioceses do Estado.

Em 1974, aprofundando o conhecimento da realidade, os pontos de apoio e de resistências da ação pastoral, elaborou-se o seguinte objetivo geral: "Realizar a missão da Igreja pelo anúncio do amor, no Espírito de Cristo, em atitude de serviço à humanidade".

Na 10ª Assembléia, em 1978, elaborou-se um "anteprojeto de redimensionamento do Plano de Pastoral Regional" contendo o objetivo, princípios orientadores e prioridades. Deveria ser estudado e debatido nas Dioceses, para ser

aprovado no ano seguinte. Foi então, na 11ª Assembléia de 1979, que foi aprovado o Objetivo Geral, prioridades e propostas para o Regional e para as Dioceses.

*Despertar todo o homem e o homem todo para uma vida de Igreja*

Definiu-se como Objetivo Geral: "Despertar todo o homem e o homem todo para uma vida de Igreja onde cada um assuma a sua missão de anunciar o Reino pela palavra, pela celebração do mistério cristão na vida e pelo testemunho, através de uma evangelização libertadora que leve à comunhão e participação".

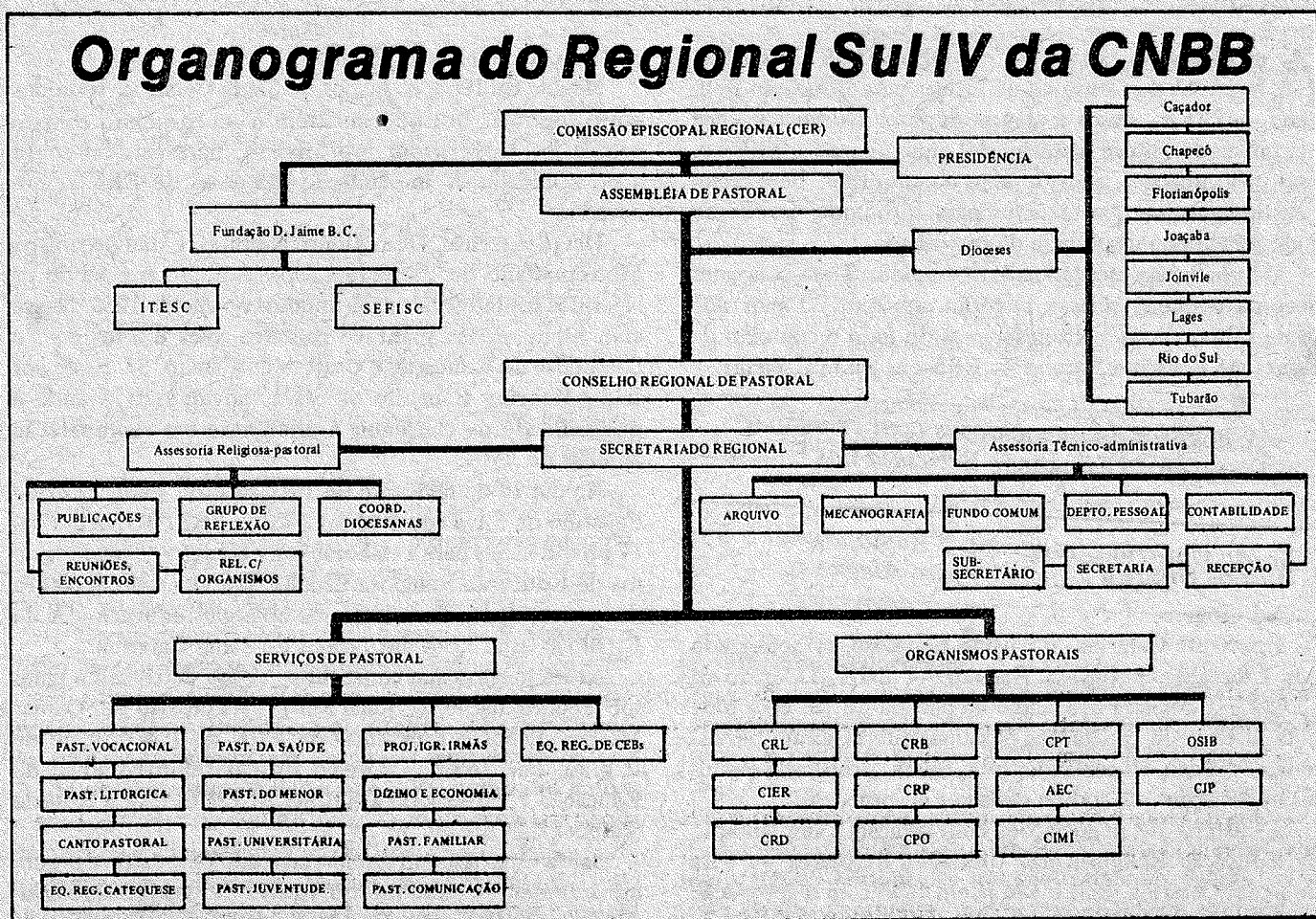
Este Objetivo Geral, com várias diretrizes e prioridades, permaneceu até o 8º Plano de Pastoral de Conjunto.

### O 8º Plano de Pastoral

Em 1987 iniciou-se no Regional Sul IV uma grande avaliação e Replanejamento pastoral. Foi um processo de Planejamento Pastoral Participativo que envolveu todas as Dioceses, serviços e organismos de pastoral organizados em nível Regional. Houve 4 etapas e fases bem distintas que resultaram no 8º Plano de Pastoral. Foram 3 anos de trabalho conjunto. O 8º Plano foi concluído em 1989.

Numa 1ª etapa conhecemos analiticamente a realidade sócio-pastoral de Santa Catarina, através de uma pesquisa aplicada nas dioceses e organismos de pastoral e nos serviços de pastoral.

Numa 2ª etapa estabelecemos o marco doutrinal para



a realidade catarinense a partir da Revelação, da Tradição, do Magistério e dos Sinais dos tempos.

Numa 3ª etapa definimos o diagnóstico da realidade através da identificação das causas dos problemas, suas tendências e maiores urgências.

Numa 4ª e última etapa elaboramos o Plano Regional de Pastoral, definindo o Objetivo Geral, os destaques e as diretrizes pastorais, bem como os setores de pastoral, a estrutura e os mecanismos de coordenação, as formas de avaliação, o organograma, o regimento e a programação das principais atividades, ou seja, o cronograma.

#### Presidentes e subsecretários

Decorridos 22 anos de sua instalação, o Sul IV realizou 24 Assembléias Gerais ordinárias e diversas extraordinárias.

D. Afonso Niehues, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis foi eleito e reeleito Presidente do Regional por 3 mandatos consecutivos. Em 1987, D. Oneres Marchiori, Bispo de Lages, é eleito Presidente por 4 anos, sendo reeleito em 1990. Fazem parte da Presidência atual

(1990-1993) o Vice-Presidente, D. Osório Bebbber e o Secretário, D. Murilo S. R. Krieger.

Foram subsecretários ou secretários executivos do Regional Sul IV: Pe. Osmar Mueller (1970-1974); Frei Armin-do Festa (1975-1977); Mons. Valentim Loch (1978-1982); Pe. Pacífico D'Agostin (1983-1985); Pe. Elias Della Giustina (1986- ).

#### O organograma

O organograma retrata a estrutura funcional do Regional Sul IV. É por isso que publicamos este organograma para que tenham uma clara noção da sua organização e das suas diversas instâncias. Este organograma é resultado da última adaptação do Regimento do Regional Sul IV, feita em 1989. Ele retrata a estrutura que planejamos para o funcionamento do Regional Sul IV.

Florianópolis, 01 de maio de 1991

Endereço do autor: Rua Des. Arno Hoeschel, 76 — 88010 — Florianópolis — SC — Fone: (0482) 22-2792 e 22-2869

## CONSELHO DE IGREJAS PARA EDUCAÇÃO RELIGIOSA — CIER “20 ANOS DE DESAFIOS”

Ir. Lurdes Caron  
Secretária do CIER

**A**o celebrar os “20 ANOS” de DESAFIOS DA CAMINHADA do Conselho de Igrejas para Educação Religiosa — CIER, temos a alegria de fazer chegar até você um pouco da síntese histórica das etapas desse organismo, suas preocupações, seus desafios e conquistas, bem como questionamentos que fazemos para aprofundar a reflexão e alimentar a continuidade da caminhada.

O trabalho apresentado não é completo. Trata-se apenas de uma pequena síntese histórica sobre os 20 anos não só do CIER como instituição, mas de todo o contexto da Educação Religiosa Escolar — ERE em Santa Catarina.

### *A história de negociações com relação à implantação da Educação Religiosa nas Unidades Escolares.*

#### 1. História do CIER

##### 1.1 Origem

Em Santa Catarina, o Ensino Religioso, caracterizado por Educação Religiosa Escolar — ERE (Decreto nº 13.692/81), registra seu início na década de 70, com toda uma história de constantes desafios, que exigiram persistência, diálogo, sinceridade, luta, calma, prudência e muitas negociações em todo o decorrer do processo.

A história de negociações com relação à implantação da Educação Religiosa nas Unidades Escolares — UEs de Santa Catarina, tem início já em 1955 com a aprovação do Decreto nº 498/55, que regulamenta o Ensino Religioso

nas Escolas Oficiais do Estado.

No ano de 1966, os bispos de Santa Catarina, reunidos em Azambuja, Brusque, mantêm o seu primeiro contato com o Sr. Governador Ivo Silveira, para estudar sobre a possibilidade da implantação das aulas de ERE remuneradas.

Daí para frente, Dom Afonso Niehues, então Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, continuou mantendo os referidos contatos, intensificando-os no ano de 1969. Nesse ano, Dom Afonso manteve contatos mais diretos com o Secretário de Educação e Cultura do Estado, Sr. Professor Jaldir Behring Faustino da Silva, novamente visando à possibilidade de conseguir a orientação e a remuneração às aulas de ERE.

No dia 10 de fevereiro de 1970, o Prof. Jaldir Behring Faustino da Silva solicitou à CNBB — REGIONAL SUL IV providências para a elaboração e execução de um programa de Educação Religiosa Escolar que viesse ao encontro das necessidades de integrar os objetivos educacionais do Estado às aspirações das Igrejas de Santa Catarina.

Neste mesmo ano constitui-se grupo de trabalho para, sob a coordenação Regional Sul IV, na ocasião Pe. Osmar Müller, elaborar Programas de ERE de 1ª a 4ª série do 1º grau, que recebeu parecer do Conselho Estadual de Educação ( Parecer do CEE/SC nº 72/70) e 5ª a 8ª série (Parecer do CEE/SC nº 78/72).

Santa Catarina, um Estado marcado pela cultura predominantemente cristã, mostra através de pesquisas realizadas, que 95% dos alunos das escolas de 1ª e 2ª graus da